



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TERMO ADITIVO Nº 01 À CARTA CONTRATO N. 08/2021/TRE-RO.

TERMO ADITIVO N. 01 À CARTA CONTRATO N. 08/2021/TRE-RO (evento [0714959](#))

PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO N. 0001719-23.2021.6.22.8000 (Dispensa de licitação)

PRIMEIRO TERMO ADITIVO CARTA-CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA LEILA NASCIMENTO DE MELLO 27517409875, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS, DOS EQUIPAMENTOS INSTALADOS NOS CONSULTÓRIOS MÉDICO E ODONTOLÓGICO DO TRE-RO.

A UNIÃO, por meio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE/RO**, inscrito no CNPJ sob o n. 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889 – Baixa União, CEP: 76.805-859, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, neste ato representado por sua Diretora Geral, Senhora **LIA MARIA ARAÚJO LOPES**, brasileira, Cédula de Identidade RG 294.893-SSP/RO e CPF 475.106.849-00, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e, de outro, a **LEILA NASCIMENTO DE MELLO 27517409875**, inscrita no CNPJ sob o n. 26.910.164/0001-40, com sede na Rua Esther Sales, nº 1030, Bairro Agenor de Carvalho, CEP: 76.820-234, Município de Porto Velho, Estado de Rondônia, Telefone(s): (69) 3225-6398/99288-2465/98129-0106, E-mail(s): leila_mello14@outlook.com, neste ato representada pela senhora **LEILA NASCIMENTO DE MELLO**, portadora da Cédula de Identidade RG 1248128/SSP-RO e CPF 275.174.098-75, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, em conformidade com o Ato de Autorização constante no Despacho n. 1095/GABDG, de 24/08/2021 (evento [0728800](#)), celebram o presente Termo Aditivo, mediante acordo entre as partes, ficando estabelecidas as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO

(Artigo 55, I, da Lei 8.666/93)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente Termo Aditivo possui os seguintes objetos:

I – retificar, por erro material, a Cláusula Segunda da Carta-Contrato 08/2021 (evento [0714959](#)), que passa a ter a seguinte redação:

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, II e seus §§, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, com a possibilidade de renovação, até o valor limite referente a dispensa de licitação, mediante celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

II – retirar a Subcláusula Terceira da Cláusula Terceira da Carta Contrato nº 08/2021; e

III – alterar as Subcláusulas Sexta e Sétima da Cláusula Décima da Carta Contrato nº 08/2021, que passam a ter a seguinte redação:

CLÁUSULA DÉCIMA - [...]

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da contratada, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – Os preços dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo** –



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

IPCA, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III, da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.

Subcláusula única – As modificações supramencionadas não impactam financeiramente esta contratação.

DO FUNDAMENTO LEGAL

CLÁUSULA SEGUNDA - O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento legal no art. 60 da Lei n. 8/666/93 e nas Súmulas 346 e 473 do STF (retificação de informações do contrato originário).

DA RATIFICAÇÃO

CLÁUSULA TERCEIRA - Ficam ratificadas todas as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato originário e não alteradas pelos aditivos e pelas apostilas posteriores.

DA PUBLICAÇÃO

(Artigo. 61, Parágrafo único, da Lei 8666/93)

CLÁUSULA QUARTA - O CONTRATANTE providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

E por estarem, CONTRATANTE e CONTRATADA, assim acordados, lavrou-se o presente Termo, que após lido e achado conforme, foi assinado pelas partes contratantes através do Sistema Eletrônico de Informação – SEI, e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho/RO, 26 de agosto de 2021.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

LIA MARIA ARAÚJO LOPES Pela CONTRATANTE	LEILA NASCIMENTO DE MELLO Pela CONTRATADA
Fábia Maria dos Santos Silva CPF: 567.849.102-49 Testemunha	Aldací Souza Mota CPF: 326.504.772-53 Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/08/2021, às 16:27, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA NASCIMENTO DE MELLO, Usuário Externo**, em 30/08/2021, às 13:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 30/08/2021, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FÁBIA MARIA DOS SANTOS SILVA, Chefe de Seção**, em 30/08/2021, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0731264** e o código CRC **5F0AD67C**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Criado por 008335022380, versão 4 por 008335022380 em 26/08/2021 19:16:27.

PROCESSO: 0001719-23.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL
(SAMES)

ASSUNTO: Retificação de cláusula - Carta-Contrato nº 08/2021 - minuta de Termo Aditivo nº 1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico deste Tribunal. **Análise.**

PARECER JURÍDICO Nº 111 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), objetivando abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico da unidade na sede do TRE-RO.

02. Pela Solicitação nº 439/2021-**PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES**, a chefe da SAMES, após revisar o instrumento contratual, detectou que na cláusula segunda não constou anotada a possibilidade de prorrogação do ajuste, conforme mencionado nos itens 2 e 6 do projeto básico 05 ([0709409](#)) a contratação foi formatada com a possibilidade de renovação, até o valor legal permitido para dispensa de licitação.

03. A Seção de Contratos (SECONT) em atendimento ao Despacho n. 1258/2021 do secretário da SAOFC ([0720210](#)), elaborou minuta de termo aditivo ([0723292](#)) atendendo os ajustes solicitados pela unidade SAMES ([0720193](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

04. Registra-se que esta AJDG já emitiu análise jurídica nos presentes autos (Parecer Jurídico nº 85/2021 - PRES/DG/AJDG) ([0712360](#)) acerca da contratação pretendida por dispensa de licitação, todavia a instrução dos autos, o Projeto Básico, a análise do Termo de Referência e por consequência a minuta de Carta-Contrato, não deixaram aclarado se tratava-se de prestação de serviços a serem executados de forma contínua, com amparo no artigo 57, II, da Lei nº 8.666/93.

05. Assim instruídos, o feito foi remetido a esta unidade para análise da minuta mencionada, juntada aos autos no evento [0723292](#). **É o necessário relatório.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

06. É necessário aclarar o tipo de serviço aqui tratado, *a priori*, são de natureza contínua, uma vez que tal prestação não poderá sofrer interrupção, sem prejuízo da paralisação da prestação de serviços de saúde aos magistrados e servidores da Justiça Eleitoral de Rondônia (?). Portanto, cabe a anotação em termo aditivo da possibilidade de renovação/prorrogação contratual mencionada no PB nº 5 ([0709409](#)).

07. De uma maneira geral, as prorrogações de contratos de dispensa seguem as regras previstas no art. 57, da Lei 8.666/93. Nesse contexto, quando se tratar de serviços de natureza continuada, esses poderão ser prorrogados até o limite legalmente permitido, que é de 60 meses, desde que haja previsão dessa possibilidade de prorrogação no referido contrato.

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I – (...)

*II – a prestação de serviços a serem executados de **forma contínua**, que poderão ter a sua duração prorrogada por **iguais e sucessivos períodos** com vistas a obtenção de **preços e condições mais vantajosas para a Administração**, limitada a sessenta meses. (grifo nosso)*

08. Assim sendo e desde que não haja a extrapolação do limite legal de dispensa, hoje em R\$ 17.600,00, a prorrogação é admitida. O importante é que o limite legal para dispensa em razão do valor seja respeitado considerando o planejamento feito com os gastos previsíveis de mesma natureza ao longo do exercício orçamentário, considerando as prorrogações previstas.

09. Pois bem, considerando o valor por ano da contratação em R\$ 6.000,00, e ainda, considerando a observação da unidade gestora de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que o contrato é prorrogável até o valor limite referente a dispensa de licitação (R\$ 17.600,00), considerando que tal valor acolhe a despesa por aproximadamente o período de 02 (dois) anos e 11 (onze) meses, força-se aqui sugerir anotação no instrumento contratual para prever a forma de reajustamento que venha a garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato. Sugere-se aqui a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, nos termos previsto no art. 55, III da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.

10. Nesse caso deverá ser retirada a Subcláusula terceira da Cláusula Terceira da Carta Contrato nº 08/2021 e alteradas as Subcláusula Sexta e Sétima da Cláusula Décima do dito instrumento contratual, nos termos do art. 55, III, da Lei nº 8.666/93, conforme sugestão que abaixo apresenta:

Subcláusula Sexta – Havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos da contratada, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial, nos termos do § 6º do art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Sétima – Os preços dos serviços objeto desta contratação, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado do orçamento da proposta - data limite para apresentação da proposta ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, deverão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato, adotando-se a variação acumulada do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, nos termos previstos no art. 40, XI e 55, III da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01.

11. Outra retificação que se percebe necessária na minuta SECONT [0723292](#), reconhecida a contratação de serviço contínuo com possibilidade de prorrogação, é a alteração da fundamentação da Cláusula Segunda – Da Vigência da Carta Contrato nº 08/2021, vejamos a sugestão apresentada:

DA VIGÊNCIA

(Artigo 57, II e seus §§, da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA SEGUNDA – Esta Carta-Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura via Sistema Eletrônico de Informação – SEI do TRE-RO, com a possibilidade de renovação, até o valor limite referente a dispensa de licitação, mediante



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

celebração de termo aditivo, nos termos do inciso II do art. 57 da Lei 8.666/93.

12. Dessa forma, em observância dos princípios regedores das contratações públicas, principalmente o da eficiência, a Administração pode e deve lançar mão de instrumento apropriado como o Termo Aditivo para corrigir, adequar e incluir cláusulas contratuais. Ainda, tal alteração pretendida não acarretará prejuízos nem acréscimos financeiros para este Tribunal e para a contratada. Pelo contrário, proporcionará maior eficiência e qualidade na realização dos serviços.

III – CONCLUSÃO

13. Pelo exposto, diante das sugestões apresentadas por esta unidade jurídica no presente opinativo, anteriormente ao cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica solicita a manifestação da unidade gestora nos autos (SAMES) em relação à presente análise jurídica e na sequência a adequação pela Seção de Contratos (SECONT) da minuta de Termo Aditivo juntada aos autos no evento [0723301](#) com as sugestões apresentadas. Após sejam os autos encaminhados a esta assessoria jurídica para a análise final da minuta de termo aditivo.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 10/08/2021, às 16:48, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0724864** e o código CRC **E90889FC**.

0001719-23.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001719-23.2021.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: Minuta de Termo Aditivo nº 1 a Carta-Contrato nº 08/2021 - Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico deste Tribunal. **Análise.**

PARECER JURÍDICO Nº 116 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), objetivando abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico da unidade na sede do TRE-RO.

02. Pelo Parecer Jurídico nº 111/2021 - PRES/DG/AJDG, a assessoria jurídica analisou a Solicitação nº 439/2021 – PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0720193](#)) para inclusão no instrumento contratual da previsão de prorrogação da vigência até o valor limite da dispensa de licitação, anotado no item 06 do Projeto Básico 05 ([0709409](#)), bem como a minuta do primeiro termo aditivo juntado pela SECONT no evento [0723292](#).

03. Em sua conclusão no parecer citado, a AJDG sugeriu, antes da análise final da minuta de termo aditivo, a manifestação da unidade gestora da contratação (SAMES) quanto às considerações levantadas e na sequência, com as sugestões apresentadas, a adequação pela Seção de Contratos (SECONT) da minuta de Termo Aditivo juntada aos autos no evento [0723292](#).

04. Ao final a unidade jurídica solicitou o encaminhamento dos autos a AJDG para a análise da versão final da minuta de termo aditivo.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. Recepcionado os autos na SAOFC, pelo Despacho 1344/2021 ([0725159](#)), o secretário titular, atendendo à solicitação da AJDG, encaminhou os autos a SAMES e a SECONT.

06. Na Manifestação N° 24/2021-PRES/DG/SGP/COEDE/SAMES ([0725263](#)) a unidade gestora empenha o entendimento de serviço continuado para a contratação e, ratifica a previsão de prorrogação contratual até o limite da dispensa de licitação, e de reajustes pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), na forma prescrita no item 09 do referido Parecer Jurídico ([0724864](#)). Com isso envia os autos a SECONT para o necessário ajuste na minuta de TA ([0725307](#)).

07. A Seção de Contratos (SECONT) em atendimento ao Despacho n. 1344/2021 do secretário da SAOFC ([0725159](#)), elaborou minuta de termo aditivo ([0725449](#)) atendendo os ajustes solicitados.

08. Assim instruídos, o feito foi remetido a esta unidade ([0725521](#)) para análise da minuta juntada aos autos ([0725449](#)). **É o necessário relatório.**

09. Em análise a minuta do primeiro termo aditivo juntada aos autos no evento [0725449](#), percebe-se que o referido instrumento se encontra em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, constando em seu bojo as anotações necessárias.

10. Diante ao exposto, para cumprimento do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da referida minuta ([0725449](#)), estando **apta**, portanto, a produzir os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 16/08/2021, às 15:28, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0726548** e o código CRC **0BC40296**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001719-23.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0001719-23.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOCIAL

ASSUNTO: 1º Termo aditivo - Carta-Contrato n. 08/2021 – Contratada: empresa LEILA NASCIMENTO DE MELLO – CNPJ 26.910.164/0001-40. Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico dessa unidade no TRE-RO.

DESPACHO Nº 1095 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo instaurado pela Seção de Assistência Médica e Social (SAMES), objetivando abrigar a contratação de pessoa jurídica especializada nos serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo substituição de peças, dos equipamentos instalados nos consultórios médico e odontológico dessa unidade no TRE-RO ([0687827](#)).

Conforme se depreende dos autos, a contratação se deu por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/199 considerando o valor do serviço pretendido no valor de **R\$ 6.000,00** (seis mil reais), sendo assinada a Carta-Contrato n. 08/2021 ([0714959](#)) contendo os contornos da contratação que se encontra em plena vigência.

Conforme evento n. [0720193](#), a unidade gestora, após recebimento dos autos verificou a necessidade de inclusão de cláusula contratual acerca da prorrogação da avença, solicitando a adequação do ajuste.

Após despacho da SAOFC, os autos foram remetidos à SECONT que juntou ao evento n. [0723292](#) minuta de termo aditivo contendo a alteração proposta, remetendo-se, sem seguida os autos à AJDG para análise e aprovação.

De posse dos autos, a AJDG exarou o Parecer Jurídico n. 111/2021 ([0724864](#)), no qual opinou pela admissão da prorrogação, desde



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

que não haja extrapolação do limite legal para dispensa considerando o planejamento feito com os gastos previsíveis de mesma natureza ao longo do exercício orçamentário, considerando as prorrogações previstas. Ainda, esclareceu que, tendo em vista que o limite da dispensa de licitação é de R\$ 17.600,00 (dezessete mil e seiscentos reais), tal valor suporta a despesa por aproximadamente 02 (dois) anos e 11 (onze) meses. Por isso, sugere que o instrumento contratual preveja a forma de reajustamento que venha a garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato. Sugere, também, a aplicação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA**, nos termos previsto no art. 55, III da Lei 8.666/93 c/c Leis 9.069/95 e 10.192/01 e apresentou sugestões para alteração das Cláusulas Terceira e Décima da Carta-Contrato n. 08/2021 e da fundamentação da Cláusula Segunda - Da Vigência da Carta-Contrato n. 08/202 ([0723292](#)).

Por fim, solicitou manifestação da unidade gestora (SAMES) em relação à análise jurídica e a adequação pela Seção de Contratos (SECONT) da minuta de Termo Aditivo juntada aos autos no evento [0723292](#), com as sugestões apresentadas.

Assim, a SAMES manifestou sua anuência com os ajustes sugeridos pela AJDG na Minuta do Termo Aditivo juntada no evento n. [0723292](#) e remeteu os autos à SAOFC ([0725263](#) e [0725307](#)).

A SECONT juntou aos autos a nova minuta de Termo Aditivo contendo as alterações/retificações/inclusões propostas pela AJDG e ratificadas pela unidade gestora do contrato ([0725449](#)) e remeteu para análise daquela unidade ([0725521](#)). A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral concluiu pela sua aprovação, vez que o referido instrumento encontra-se em **conformidade** com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, constando em seu bojo as anotações necessárias ([0726548](#)).

O Secretário da SAOFC também manifestou-se favorável as alterações propostas pela AJDG nos exatos termos da minuta carreada aos autos sob o evento [0725449](#) ([0727680](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Analisando-se o teor das alterações propostas, percebe-se não haver óbice a sua inclusão, vez que se trata de serviço de natureza contínua, conforme anotado no bem lançado parecer da AJDG, visto que tal prestação não poderá sofrer interrupção, sem prejuízo da paralisação da prestação de serviços de saúde aos magistrados e servidores da Justiça Eleitoral de Rondônia.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por outro lado, a inclusão da possibilidade de prorrogação, em contrapartida, traz a necessidade da anotação no instrumento contratual de previsão de reajustamento para garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, nos termos propostos nos itens 9 a 11 do referido parecer.

Das informações extraídas dos autos, percebe-se que o aditamento sob análise trata-se unicamente de retificações e inclusões de possibilidade de prorrogação da avença e reajustamento exigido na legislação de regência, não importando em prejuízo ou assunção de obrigações pela contratada, mentendo preservados os direitos pactuados anteriormente para a execução dos serviços.

Contudo, cabe ressaltar que é importante observar o prazo máximo da prorrogação, visto que não pode ultrapassar o limite da dispensa de licitação (R\$ 17.600,00), considerando que tal valor cobre a despesa por aproximadamente 02 (dois) anos e 11 (onze) meses, conforme explicado no item 9 do Parecer Jurídico 111 ([0724864](#)).

Diante do exposto, com amparo na delegação de atribuições descrita no art. 1º, inciso II, da Portaria n. 66/2018/GP, **autorizo os ajustes na Carta-Contrato n. 08/2021**, consistentes na inclusão de cláusula com previsão de possibilidade de prorrogação do ajuste, bem como a adequação da fundamentação da Cláusula Segunda – Da Vigência da Carta Contrato nº 08/2021, e inclusão de cláusula de reajuste que venha a garantir o equilíbrio econômico e financeiro do contrato, conforme materializados na minuta do termo aditivo do evento [0725449](#).

À Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC para continuidade.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 24/08/2021, às 18:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0728800** e o código CRC **AF880A47**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

0001719-23.2021.6.22.8000